

Construir a greve geral para derrotar a precarização

Conselho Deliberativo da FUP indica que petroleiros parem no dia 11 e se somem aos atos conjuntos das centrais e movimentos sociais

Os petroleiros irão parar suas atividades na quinta-feira, 11, Dia Nacional de Luta convocado por todas as centrais sindicais e movimentos sociais em defesa da democracia e dos direitos dos trabalhadores. O indicativo do Conselho Deliberativo da FUP é de que os sindicatos paralizem a categoria em todas as bases e disponibilizem ônibus para que os petroleiros participem ativamente das manifestações que tomarão as ruas do país no dia 11.

A orientação é de que os sindicatos dêem ênfase nessas mobilizações às duas bandeiras de luta que têm sido protagonizadas pela FUP nos debates com as centrais: a suspensão dos leilões de petróleo e a derrota do Projeto de Lei 4330, que, sob o pretexto de regulamentar a terceirização, ataca direitos e precariza ainda mais as relações de trabalho no Brasil. Além disso, na quarta-feira, 10, os sindicatos deverão enviar representações à Brasília para fortalecer a luta das centrais contra o PL 4330 (veja matéria no verso).



O Conselho Deliberativo da FUP foi realizado sexta-feira, 05, em Campinas, onde os dirigentes sindicais participam sábado, 06, do ato político que marcará os 30 anos da histórica greve de julho de 1983, quando os petroleiros da Replan e da Rlam (Bahia) en-

frentaram a ditadura e foram violentamente reprimidos. Além de organizar a participação dos petroleiros no Dia Nacional de Lutas, o Conselho Deliberativo também discutiu encaminhamentos sobre a campanha reivindicatória e o regramento das PLRs futuras.

Bandeiras do Dia Nacional de Luta

- **Contra o PL 4330, da “terceirização”, que retira direitos dos trabalhadores e precariza ainda mais as relações de trabalho no Brasil**
- **Suspensão dos Leilões de Petróleo**
- **Reforma política com plebiscito popular**
- **Para que as reduções de tarifa do transporte não sejam acompanhadas de qualquer corte dos gastos sociais**
- **10% do orçamento da União para a saúde pública**
- **10% do PIB para a educação pública**
- **Fim do fator previdenciário**
- **Redução da Jornada de Trabalho para 40 horas sem redução de salários**
- **Reforma Agrária**
- **Democratização dos meios de comunicação**

Agenda das campanhas reivindicatórias

- 15/07** – Reabertura dos Comitês Regionais da campanha “O petróleo tem que ser nosso” e pela retomada dos investimentos da Petrobrás nos campos terrestres.
- 25 e 26/07** – Seminário da FUP para preparação da Campanha Reivindicatória
- 31/07** – Lançamento da campanha em comemoração aos 20 anos da FUP
- 06/08** – entrega da Pauta de Reivindicações à Petrobrás e subsidiárias, com mobilizações nas bases pelo regramento da PLR
- 20 a 23/08** – Primeira rodada de negociação para defesa da Pauta de Reivindicações, com Semana Nacional de Mobilizações
- 05/09** – Ato nacional em defesa da soberania e contra os leilões de petróleo e gás
- Realização** do Encontro Nacional da Juventude Fupista em Macaé (NF), antes de 22 de outubro, data prevista para o leilão do campo de Libra

Barrar o PL 4330 já!

Pressão das centrais abre negociação com empresários, parlamentares e governo, mas projeto pode ser votado no dia 10

Com mobilizações nas ruas e pressão ferrenha no Congresso Nacional, a CUT e demais centrais conseguiram novamente evitar a votação do Projeto de Lei 4330, que estava prevista para dia 09 na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados (CCJC), onde tramita em caráter terminativo. As centrais arrancaram dos empresários e parlamentares o compromisso de participarem de uma mesa quadripartite de negociação, envolvendo também o governo federal, na tentativa de construir uma proposta alternativa de regulamentação da terceirização.

Na sexta-feira, 05, foi iniciada a primeira das três rodadas de negociação que foram estabelecidas para ocorrer até terça-feira, 09, prazo final para fechamento da proposta. As próximas reuniões de negociação serão nos dias 08 e 09. Se não houver acordo entre as partes, a CCJC colocará o PL 4330 novamente em pauta na quarta-feira, 10. Os deputados e empresários defendem o projeto, alegando que ele assegura segurança jurídica para trabalhadores e patrões. As centrais sindicais rejeitam o PL 4330 justamente porque não oferece segurança alguma aos trabalhadores.

Ao contrário disso, o projeto coloca em risco direitos históricos, acaba com a responsabilidade solidária das empresas contratantes em relação aos terceirizados, libera a terceirização para as atividades fim e setor público, permite que uma prestadora de serviço atue sem contratação direta de qualquer trabalhador, entre outras atrocidades. Daí a importância dos sindicatos enviarem representações para Brasília no dia 10 e dos petroleiros participarem ativamente das mobilizações do dia 11, que terão como foco principal a luta contra o PL 4330 e a suspensão dos leilões de petróleo.

CUT apresenta propostas para Reforma Política. Plebiscito popular já!

No último dia 02, a CUT enviou à presidenta Dilma uma série de contribuições para a reforma política, onde defende o financiamento público das campanhas; o voto em listas partidárias; proporcionalidade de representação dos Estados; pena inafiançável para crimes de corrupção; fim do Senado, do voto secreto e da imunidade parlamentar, entre outras propostas. A CUT e outras centrais sindicais, junto com diversos movimentos sociais e organizações da sociedade civil, estão nas ruas desde o ano passado coletando assinaturas para um Projeto de Lei de Iniciativa Popular sobre a Reforma Política. Essa, portanto, é uma reivindicação histórica do movimento sindical, que há muito tempo luta por mudanças profundas no sistema político do país e no processo eleitoral.

Esse é o momento dos trabalhadores organizados reforçarem nas ruas a necessidade de um plebiscito popular para que a Nação debata uma reforma política ampla e democrática. As recentes manifestações que se alastram pelo país reforçam a crise de representatividade política que atinge principalmente os jovens. O povo quer ser ouvido e exige reformas estruturais, que garantam transparência e compromisso dos políticos e governantes com o bem público.

Repercutindo o discurso do PSDB, DEM e outros partidos conservadores, a velha mídia, encabeçada pela Globo, já saiu em campo para tentar minar o plebiscito, menosprezando a inteligência do povo brasileiro e o clamor das ruas. Essa é uma batalha árdua, que mexe com diversos interesses. O princi-

pal deles é o financiamento privado das campanhas eleitorais, através do qual os empresários e barões da mídia vêm perpetuando seus interesses. Daí a urgência de uma reforma política que de fato rompa com esses mecanismos, acabando com a intervenção do poder econômico das corporações na política brasileira. Plebiscito popular já!

Para pressionar o governo e o Congresso a garantir a participação popular no processo do Plebiscito, a Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político intensifica a campanha para coletar 1,5 milhão de assinaturas para a proposta de Lei de Iniciativa Popular. Conheça as propostas e contribua com a iniciativa, acessando: www.reformapolitica.org.br

Quem luta, conquista

Petros volta a pagar adiantamento dos benefícios

A partir deste mês, a Petros volta a pagar o adiantamento de 40% do benefício do INSS, como ocorria antes da extinção do antigo convênio que a Petrobrás mantinha com o INSS. O valor líquido do

adiantamento, a ser creditado no dia 10 de julho, já pode ser consultado no portal www.petros.com.br. O pagamento voltou a ser efetuado, após o convênio emergencial que a Petros firmou com o INSS, em

função da pressão da FUP e de seus sindicatos, que seguem na luta pela implantação de um novo convênio, que envolva também a Petrobrás, como ocorria anteriormente.

Anistiados da Petromisa serão realocados em suas regiões de domicílio

Em reunião com a FUP no último dia 28, a Petrobrás finalmente concordou em realocar os anistiados da extinta Petromisa em suas regiões de domicílio. Essa é uma reivindicação antiga da Federação e de seus sindicatos, já que, ao serem readmitidos, esses trabalhadores foram deslocados para unidades distantes das cidades onde atuavam antes da extinção da subsidiária.

A Petrobrás irá viabilizar a transferência de todos

os anistiados da Petromisa, desde que concordem com a mudança, assinando um termo de opção, que contemplará todos os anistiados abrangidos pela Lei 8.878/1994, regulamentada em 2007 pelo Decreto 6.077. A transferência será imediata e a empresa irá custear a passagem para o novo local de trabalho. O RH, no entanto, informou que os trabalhadores que tenham ação judicial, cobrando a transferência

e danos morais, terão que fazer acordo nos autos e renunciar ao pedido de indenização.

A FUP cobrou que o prazo de opção e transferência seja estendido até o final deste ano e que essa conquista abranja todos os anistiados, inclusive os que retornaram para a Petrobrás e suas subsidiárias, antes da regulamentação da anistia em 2007. Os representantes da empresa irão avaliar as reivindicações.

Petroleiros são eleitos para a direção da CNQ

Os trabalhadores do Ramo Químico da CUT concluíram no dia 04 o VII Congresso da CNQ, elegeu a nova diretoria da entidade para os próximos quatro anos. A química Lucineide Varjão Soares foi reeleita para a presidência da Confederação, cuja

secretaria geral passa a ser ocupada pelo diretor da FUP, Itamar Sanches, que é também coordenador do Sindipetro Unificado-SP. Outros quatro petroleiros foram também eleitos para a nova direção da CNQ: Cibele Vieira (Sindipetro Unificado-SP),

que integra a Secretaria de Formação; Silvaney Bernardi (Sindipetro-PR-SC), que passa a ocupar a Regional Sul; Cairo Correa (Sindipetro-NF) continua na Setorial Petróleo e Gildásio Ribeiro Souza (Sindipetro-BA) na suplência.

Edição 1096 – Boletim da FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS Filiada à CUT www.fup.org.br

Av. Rio Branco, 133/21º andar, Centro, Rio de Janeiro - (21)3852-5002 imprensa@fup.org.br Edição: Alessandra Murteira - MTb 16763

Texto: Alessandra Murteira - Projeto gráfico e diagramação: Claudio Camillo - MTb 20478 Diretoria responsável por esta edição: Anselmo, Caetano, Chicão, Daniel, Dary, Divanilton, Hoffman, Leopoldino, Chico Zé, Moraes, Paulo Cesar, Silva, Simão, Ubirany, Zé Maria,